Deferidos:

Protocolo	Nome	CNPJ	Data de entrada no COMAS	Situação	SAS/CRAS
503/2012	Núcleo Assistencial à Criança Excepcional “Mundo Encantado” - NACEME	67.641.902/0001-88	25/04/2012	Inscrição de Entidade	SAS Casa Verde/Cachoeirinha

Indeferidos:

Protocolo	Nome	CNPJ	Data de entrada no COMAS	Situação	SAS/CRAS
661/2012	Associação Princesa Isabel de Educação e Cultura - APIEC	50.954.213/001-20	27/04/2012	Inscrição de Entidade	SAS Cidade Ademar
1007/2012	Associação Amigos de Bairro de Vila Franca e Adjacências	09.328.762/001-96	20/12/2012	Inscrição de Entidade	SAS Cidade Ademar
1032/2013	Associação Religiosa e Civil de Ação Social	07.760.384/001-90	01/04/2013	Inscrição de Entidade	SAS Mooca

No processo de votação Conselheiro Nilton C. Padredi solicita que votos sejam abertos, concordando com sugestão de Allan Carvalho. A partir de então votos são identificados. Na votação do Protocolo 661/2012 votos, cinco votos contra indeferimento: Nilton Cesare Padredi, Rosiane Aparecida Matos Soncini, Nadir Suzete Cristelli, Regina Hein e Mariana de Castro Abreu. Conselheiros Leônidas de Araujo Luz, Daniel Martins Silva, Francis Larry de Santana Lisboa, Alice Okada de Oliveira, Marlene Popin Velardo, Lucia Mariano dos Santos, Mariana Baraúna Uchida e Demilson Oliveira dos Santos votaram a favor do indeferimento.

Protocolo 1007/2012 Unanimidade dos presentes em plenária favoráveis ao indeferimento. Leônidas de Araujo Luz, Daniel Martins Silva, Francis Larry de Santana Lisboa, Nadir Suzete Cristelli, Regina Hein, Rosiane Aparecida Matos Soncini, Mariana de Castro Abreu, Nilton Cesare Padredi, Alice Okada de Oliveira, Marlene Popin Velardo, Lucia Mariano dos Santos, Mariana Baraúna Uchida e Demilson Oliveira dos Santos.

Protocolo 1032/2013 Unanimidade dos presentes em plenária favoráveis ao indeferimento. Leônidas de Araujo Luz, Daniel Martins Silva, Francis Larry de Santana Lisboa, Nadir Suzete Cristelli, Regina Hein, Rosiane Aparecida Matos Soncini, Mariana de Castro Abreu, Nilton Cesare Padredi, Alice Okada de Oliveira, Marlene Popin Velardo, Lucia Mariano dos Santos, Mariana Baraúna Uchida e Demilson Oliveira dos Santos.

A presidente Alice O de Oliveira agradece presença de todos e encerra sessão às 17h02.

ATA Nº 37/2013 REUNIÃO PLENARIA EXTRAORDINÁRIA DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013 DO PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO - COMAS-SP. Aos três de dezembro de dois mil e treze, quinta-feira, no período das 13h44 às 14h45, realizou-se 14ª sessão de 2013 em reunião plenária extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS-SP, em sua sede, Praça Antônio Prado, nº33 - 12º andar, Centro, Município de São Paulo, Comunicado COMAS-SP Nº 57/2013. Presentes, conforme lista de presença, Conselheiros Titulares: Wander Mary Pereira Martins, Leônidas de Araujo Luz, Daniel Martins Silva, Francis Larry de Santana Lisboa, Nadir Suzete Cristelli, Regina Hein, Rosiane Aparecida Matos Soncini, Mariana de Castro Abreu, Nilton Cesare Padredi, Alice Okada de Oliveira, Marlene Popin Velardo, Ana Lúcia Caro Antonio, Walter Antonio Morato, Priscila Rodrigues M. da S. Birolo, Lucia Mariano dos Santos, Marina Zanatta Ganzarolli. Conselheiros Suplentes: Darcy Diago Finzetto, Michelle Magari Gimenez Palagano, Natanael de Jesus Oliveira, Rubens Augusto Dias Serralheiro, Wanderley Aparecido Turine, Fabio Alves Correia, e Mariana Baraúna Uchida. Faltas Justificadas: Alexandre Luiz Santos Zacari, Demilson Oliveira dos Santos, Maria Silvia Cavasin Matano, Marília Camara de Assis, Maria Nazareth Cupertino e Denny Anderson Ho. Composição da mesa para deliberação: Wander Mary Pereira Martins, Leônidas de Araujo Luz, Daniel Martins Silva, Francis Larry de Santana Lisboa, Nadir Suzete Cristelli, Regina Hein, Ana Lúcia Caro Antonio, Alice Okada de Oliveira, Marlene Popin Velardo, Walter Antonio Morato, Priscila Rodrigues M. da S. Birolo, Lucia Mariano dos Santos, Darcy Diago Finzetto, Marina Zanatta Ganzarolli, Natanael de Jesus Oliveira, Wanderley Aparecido Turine, Fabio Alves Correia. Convidado presente: Allan Carvalho – Fóruns de Transparência e Controle Social. Pauta de reunião extraordinária: 1. Apresentação e deliberação de minuta de representação ao Ministério Público, referente à proposta orçamentária da Assistência Social. Presidente Alice O de Oliveira inicia reunião, às 13h44, com composição da mesa por vários suplentes, tendo em vista o extrapolar de tempo regulamentar para início da sessão. Suplentes compuseram mesa, conforme apontado acima. Presidente lembra que Conselheiro Nilton Cesare Padredi ficou de esboçar minuta do documento e pergunta se a mesma foi encaminhada à Secretaria Executiva ou outro conselheiro. Apresentada à plenária esboço da minuta. Conselheira Marina Zanatta Ganzarolli apresenta argumento onde alega não entender que caberia acionar Ministério Público no caso e que não vê nenhuma ilegalidade na ação. Colocou estar em posição delicada por não ter estado presente na última plenária e que parte dos colegas que fizeram proposta e não estavam presentes. Conselheiros: Nadir Suzete Cristelli, Regina Hein, Rosiane Aparecida Matos Soncini, Mariana de Castro Abreu, Nilton Cesare Padredi, chegam à reunião. Conselheiras Nadir e Regina compuseram mesa. Convidado Alan Carvalho alega que há sim necessidade de acionar Ministério Público, na medida em que a Lei 12.435 / 2011- SUAS é clara, em seu artigo 17, parágrafo 4, que trata da atribuição do Conselho. Conselheiro Francis questiona Conselheiro Nilton sobre esboço da minuta em apresentação. Conselheiro confirma elaboração, mas em caráter preliminar, explicitando que pode ser alterado na forma que plenário resolver. Conselheira Nadir se manifesta dizendo ter refletido acerca da proposta, propondo convite à Secretária explicar causa dos cortes e, a partir daí, deliberássemos encaminhamento necessário, por informe ou representação, dependendo das justificativas, trazidas seria necessário entender a dinâmica, e fazer o que tiver que ser feito, mas de posse de fatos. Caso a Secretária aceite convite da visita, que conste em ata, os relatos e dados. Assim o Conselho poderá avaliar se encaminhará ou não representação ao Ministério Público. Presidente Alice O de Oliveira coloca que esta é outra proposta. Vice-presidente Francis Larry de Santana Lisboa argumenta que, apesar de sua particular concordância com a proposta, reunião extraordinária foi convocada com pauta específica e deliberar sobre outra ação pode gerar fator de complicação, mas também sair desta reunião, com texto da representação, elaborado em conjunto, até término da reunião 14h30, parece ser tarefa de difícil conclusão.

Há grande dificuldade em deliberar matéria diferente da convocação original. Talvez em próxima reunião ordinária, haja maior probabilidade de rever e rediscutir a idéia. Conselheiro Walter Antonio Morato se manifesta dizendo que orçamento nunca é suficiente para secretaria nenhuma, sempre se levantam todas as necessidades, elabora-se orçamento e depois se levantam prioridades. Não podemos sair por ai atirando, sem conhecer profundamente o que aconteceu. Convidado Allan Carvalho pronuncia-se enquanto representante do Fórum de Transparência Participação e Controle Social, dizendo que precedente que se abre caso COMAS venha “des-deliberar” o que deliberou, “arrebenta” com qualquer processo de participação na cidade. Se vai valer princípio de que o que é deliberado em reunião com quórum, será alterado na próxima, está estabelecida a “barbárie”. Estabelecer-se-á paralisação no Conselho. Perderemos estabilidade desta instituição de democracia participativa. Convidar secretária para explicar porque foi cometida ilegalidade, é extemporâneo. Ela teria que ter feito isto no processo. Há quanto tempo foi deliberado orçamento? Em nenhum momento o conselho, foi sequer informado sobre eventuais necessidades de alterações. Li texto da Lei 12.435/2011 que é citado em várias situações. Não dá para substituí-la pela lei da conveniência. Ora aplico, ora não aplico. Chamo atenção porque ilegalidade está dada. Orçamento encaminhado não respeitou deliberação deste Conselho. Deliberação da representação já foi tomada, pensem bem senhore(a)s conselheiro(a)s, no precedente que se abre para tudo que este conselho delibere, inclusive registros, indefiro numa reunião, defiro na outra, como é que vai ficar a situação na maior cidade da América Latina. É deprimente que, governo novo, de homem que se diz novo, com prática desta natureza. Estou estarecido. No meu pior pesadelo, nunca imaginei que assistiria situação desta, em governo que se diz democrático e popular. É triste e lamentável. Peço inclusão da minha fala na ata, porque o Brasil inteiro vai saber o que está acontecendo na Assistência Social na cidade de São Paulo. A Frente Parlamentar da Gestão do SUAS, infelizmente vai ter que tratar não só do governo do Estado, como da Prefeitura também. Conselheiro Fabio Alves Correia pede que sua fala seja colocada integralmente na ata. Quero esclarecer que não estive na reunião da semana passada, não por dor de barriga, mas porque meu secretário abandonou governo, por vários motivos. Sou suplente neste Conselho, e o titular também saiu. Quero colocar duas coisas: se vocês não concordam com orçamento, há que se brigar pela suplementação. Ao encaminhar esta representação ao Ministério Público decidir por invalidar orçamento, não teremos como pagar organizações no ano que vem, será igual ao governo federal, levará tempo sem recurso e pagar com precatório. Ouvirmos a secretária ou não, é decisão a tomar. É conselho que deixo: acho que pelo menos deveríamos chamá-la. A conselheira Ana Lúcia Caro Antonio pede esclarecimento, sobre processo de suplementação, como funciona? Conselheiro Fabio Alves Correia responde: há orçamento inicial previsto, aprova na Câmara, sendo que a maior parte do orçamento não cobre necessidades das pastas, suplementa-se com arrecadações. Remaneja de um lugar para outro, sendo possível apenas com 15% do orçamento, porque o restante é congelado. Repasses para saúde e educação são praticamente congelados. Sempre acontece de outras áreas apresentarem maiores dificuldades (cultura, esportes), tentam, mas há possibilidades de suplementação. Em minha opinião podemos fazer representação e ter efeito contrário. Podem-se levar meses arrastando briga política, não conseguir liberar orçamento no ano que vem, e colocar não só organizações que prestam serviço em situação difícil, mas cadastramento em CAD único e série de serviços, que SMADS sempre fez. É consenso, vamos debater, chamar a outra parte, estamos em Conselho. Se o Poder Executivo está andando em desconformidade, deve vir aqui falar. Conselheiro Francis Larry de Santana Lisboa fala que é importante manter princípio do que é razoável. Podemos correr risco conforme apresentado pelo conselheiro Fábio: paralisar serviço da Assistência, questão da verba, como é que daremos continuidade, colocaremos usuários em risco, e não é o que queremos. A culpa recai sobre todos nós, por termos criado situação que causou paralisação dos serviços. Conselheira Nadir Suzete Cristelli trás proposta que parece mais razoável. É lógico que consideramos pequeno o orçamento, mas temos óbvia limitação orçamentária. Considero aprovação desta minuta de representação, na data de hoje, prejudicada. Estamos com texto muito embrionário, temos menos de 30 minutos para redigir e fundamentar, e ainda com desconforto de vários conselheiros. Não podemos ter compromisso com erro. Se erramos, devemos corrigir. É sempre possível voltar atrás. Presidente Alice O. de Oliveira diz que na audiência pública que houve com SEMPLA para discutir orçamento, foi dito que eles estavam recolhendo, organizando demandas, fariam balanceamento entre o que seria arrecadado na cidade e o que estava sendo solicitado pelas Secretarias. Houve corte para todas as secretarias. Fomos voto vencido na última reunião e acho que temos sim, enquanto Conselho, que voltar atrás, ter hombridade de optar pelo que for melhor para a cidade. O executivo tem suas dificuldades, que não conhecemos, então vamos chamá-los para ouvir. Quando conselheiro Natanael recebeu informações do corte, também foi perguntado sobre qual seria valor necessário para recomposição, porque daria para fazer emenda parlamentar. Conselheira Marlene Popin Velardo não acredita que tenha sido falha de ninguém. Coordenadora de SEMPLA fez inúmeras audiências públicas, e não deu tempo para atender a todas as solicitações de comparecimento. Mas se propôs a retomar discussões. Conselheiro Walter Antonio Morato alerta para grande dificuldade de orçamento este ano. Houve necessidade de retirada verba de rubrica para cobrir

despesas de ônibus, em função do não reajuste das passagens. Outra situação em andamento é o aumento do IPTU, que era para ser x, exatamente para ter coberto maior e não foi aprovado. Tudo está dentro de dinâmica em andamento, não está estagnado. Allan Carvalho se pronuncia: citei leis, regimento interno, emiti minha opinião pessoal, mas é no amparo legal que reafirmo a atribuição deste Conselho de analisar e deliberar proposta orçamentária a ser encaminhada pelo Poder Executivo ao Legislativo. Caso Conselho queira fazer vistas grossas ao descumprimento da lei, abrir mão desta atribuição legal, pode convocar Prefeito, Secretária, não tem problema algum, é válido, importante mas, não vai encobrir ou apagar ilegalidade que está posta, que usurpa atribuição do Conselho. A proposta que o Conselheiro Fabio traz de pedir suplementação de verba é tapa na cara da democracia participativa. É dizer assim: “faço o que quero, ao arrepio da lei e vocês dão duro para consertar. Vão pedir benção para vereador, fazer romaria na Câmara, consertar, porque mando proposta do jeito que quero”. O Conselho é autônomo inclusive para “des-deliberar”, mas precedente que abre é muito perigoso, inclusive para o Prefeito Haddad, nas vésperas do ano eleitoral! É peso político que representantes do governo já devem ter avaliado! Demos três dias de prazo, a contar da última reunião, além do período já passado desde a deliberação deste Conselho, quando tudo isso poderia ter sido feito. Não deu tempo porque não foi prioridade. A representação foi deliberada, se quiserem apagar, passar borracha, quiserem achar que foi extemporâneo fundado em achismos, têm total autonomia porque estão em uso de plenos poderes como agentes públicos, mas tem que ter ciência e responsabilidade política, inclusive de que isto não vai anular possibilidade de qualquer cidadão, frente a esta ilegalidade, fazer sua representação. O que está em jogo é se o Conselho vai assumir seu papel e atribuição ou vai, mais uma vez, passar a mão na cabeça do governo? Que inclusive já movimentou recursos do fundo sem autorização deste Conselho. É a velha história, impunidade é mãe da reincidência. Movimentei o fundo, sem autorização de vocês, “não pegou nada! Ah, então faça o que eu quero”. Francis Larry de Santana Lisboa colocou como questão prática, decisão de enviar para Ministério Público foi tomada na última plenária e hoje, obviamente não vai ser possível elaborar minuta, faltam menos que 05 minutos. Diz concluir que não há outro caminho a não ser não aprovar nada, não temos nada para aprovar. Remetemos para próxima reunião ordinária, levando em consideração falas feitas aqui. Conselho Diretor fará convite à Secretária e, na próxima, daremos encaminhamento. Existe outra proposta? Retomaremos discussão em outro momento. Alguém é contrário a este encaminhamento? Não há aprova-

ção, devido inexistência de minuta, fica remetido para dia 12 de dezembro de 2013. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 14h35 e será publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

ATA Nº 38/2013 REUNIÃO PLENARIA EXTRAORDINÁRIA DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013 DO PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO - COMAS-SP. Aos nove de dezembro de dois mil e treze, segunda-feira, no período das 13h00 às 15h15, realizou-se 15ª sessão de 2013 em reunião plenária extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS-SP, em sua sede, Praça Antônio Prado, nº33 - 12º andar, Centro, Município de São Paulo, Comunicado COMAS-SP Nº 58/2013. Presentes, conforme lista de presença, s Conselheiros Titulares: Leônidas de Araujo Luz, Francis Larry de Santana Lisboa, Nadir Suzete Cristelli, Regina Hein, Mariana de Castro Abreu, Nilton Cesare Padredi, Alice Okada de Oliveira, Walter Antonio Morato, Marlene Popin Velardo, Lucia Mariano dos Santos e Marina Zanatta Ganzarolli. Conselheiros Suplentes: Natanael de Jesus Oliveira, Rubens Augusto Dias Serralheiro, Wanderley Aparecido Turine, Fabio Alves Correia, e Mariana Baraúna Uchida. Faltas Justificadas: Daniel Martins Silva, Rosiane Aparecida Matos Soncini, Ana Lúcia Caro Antonio, Wander Mary Pereira Martins, Marina Zanatta Ganzarolli, Darcy Diago Finzetto, Alexandre Luiz Santos Zacari, Maria Silvia Cavasin Matano, Maria Nazareth Cupertino, Demilson de Oliveira dos Santos e Michelle Magari Gimenez Palagano. Composição da mesa para deliberação: Leônidas de Araujo Luz, Francis Larry de Santana Lisboa, Nadir Suzete Cristelli, Regina Hein, Mariana de Castro Abreu, Nilton Cesare Padredi, Alice Okada de Oliveira, Walter Antonio Morato, Marlene Popin Velardo, Lucia Mariano dos Santos, Wanderley Aparecido Turine e Fabio Alves Correia. Convidados presentes: Rodrigo M Nader, CIEE; Rosemeire Andrade, Josiana Correia de Souza, NURAP; Maria do Carmo Franco do Amaral, Camp Caxingui; Ana Jara Fernandes Barroso Salles, Camp Norte; Edna Aparecida Alegre, NURAP/CAMP Pinheiros/FEBRAEDA/ FENASP; Regina Maria Sartório, FEBRAEDA; Lucy Leite Balbi, Ketlin Silveira Santos, CAMP Pinheiros; João Carlos, INFODEDES; Susana Penteado, Centro Profissionalizante Rio Branco; Elisabeth Antoline, Instituto Profissionalizante Paulista. Pauta- 1-Comissão de Relações Interinstitucionais. 1.1- Aprovação da integração de conselheiros na Comissão de Relações Interinstitucionais. Aprovação da integração da Conselheira Mariana Baraúna Uchida para compor comissão. 1.2. Julgamento dos Processos de Inscrição de Entidades e ou Organizações de Assistência Social para deliberação do Plenário. Apresentação dos pareceres dos conselheiros sobre os processos.

DEFERIDOS:

Protocolo	Nome	CNPJ	Situação	SAS
929/2012	Sociedade Amigos de Bairro Santo Afonso Americanópolis e Comércio	01.414.049/0001-53	Inscrição de Entidade	SAS Cidade Ademar
1053/2013-SERV	Ação Social Capela da Santa Cruz	43.570.050/0001-17	Inscrição de Serviço	SAS Pirituba/Jaraguá
	Serviço: Centro para Crianças de 06 a 11 anos e 11 meses e Centro para Adolescentes de 12 a 14 anos e 11 meses - “CCA Jardim Pirituba”	43.570.050/0005-40		
1054/2013-SERV	Ação Social Capela da Santa Cruz	43.570.050/0001-17	Inscrição de Serviço	SAS Pirituba/Jaraguá
	Serviço: Centro para Crianças de 06 a 11 anos e 11 meses e Centro para Adolescentes de 12 a 14 anos e 11 meses - “CCA Jardim Rincão”	43.570.050/0006-21		
1055/2013-SERV	Ação Social Capela da Santa Cruz	43.570.050/0001-17	Inscrição de Serviço	SAS Pirituba/Jaraguá
	Serviço: Centro para Crianças de 06 a 11 anos e 11 meses e Centro para Adolescentes de 12 a 14 anos e 11 meses - “CCA Parque de Taipas”	43.570.050/0008-93		

Cancelamento da inscrição no COMAS-SP a pedido da própria Entidade:

Protocolo	Nome	CNPJ	Situação	SAS
-----------	------	------	----------	-----